

A estratégia de independência de classe frente às tarefas democráticas

Para constituir uma nova tradição em setores de vanguarda da classe operária que seja capaz de alentar a confiança do proletariado em suas próprias forças e recompor os fios de continuidade entre o movimento operário brasileiro e as melhores tradições legadas pelo marxismo revolucionário, faz-se necessário resgatar os debates sobre a questão negra que atravessaram a III Internacional antes de sua degeneração burocrática e a IV Internacional, confrontando esse legado com as concepções estratégicas stalinistas e petistas que até hoje moldam a prática política da esquerda.

Historicamente no Brasil, o conjunto das correntes de esquerda, inclusive aquelas que se reivindicam trotskistas (com exceção da Liga Comunista Internacionalista nos anos 30), abandonaram o princípio marxista segundo o qual as questões democráticas só podem ser encaradas a partir de uma estratégia de independência de classe em relação a todas as frações da burguesia, inclusive aquelas que se colocam como “nacionalistas, democráticas ou progressistas”. Esse é um problema fundamental para pensar a questão negra na medida em que a mesma se apresenta tanto através de demandas mínimas e transitórias de

natureza diretamente proletária como através de demandas democráticas do conjunto das classes subalternas como o problema da moradia, da questão agrária, da violência policial e da igualdade de direitos políticos e civis em geral – ou seja, questões democráticas estruturais e formais que foram engendradas pelo imperialismo e que não puderam ser respondidas por uma burguesia que nasce espremida entre a pressão da metrópole e a resistência negra.

O IV Congresso da Internacional Comunista em 1922 deixou em aberto a possibilidade ou não de generalização das conclusões da Revolução Russa para o conjunto dos países ditos “do oriente” (países atrasados em seu conjunto). O debate em torno à generalização ou não dessas conclusões girava fundamentalmente em torno à definição do papel que as distintas classes sociais poderiam ou não cumprir na revolução. Generalizar as conclusões da Revolução Russa para os demais países atrasados significaria dizer que em todos eles a burguesia, devido a seu atrelamento estrutural com o imperialismo e os grandes proprietários de terras, não seria capaz de cumprir nenhum papel fundamental na resolução das demandas democráticas mais sentidas pelo país, e que a classe operária era quem estava chamada a cumprir esse papel histórico, mesmo não sendo a classe mais numerosa do país nem tampouco existindo um capitalismo avançado, pois se trataria de enxergar a revolução como um processo internacional no qual as relações econômicas e políticas entre os países de capitalismo atrasado e avançado são parte de uma mesma totalidade. Não generalizar essas conclusões significou deixar em aberto a possibilidade de que a burguesia pudesse cumprir algum papel significativo na resolução dessas demandas democráticas. Nas chamadas “Teses do Oriente”, que sintetizaram esse debate do IV Congresso da Internacional, que apesar de definir a incapacidade da burguesia resolver íntegra e efetivamente as tarefas democráticas (reforma agrária, unificação nacional, emancipação do jugo imperialista), em função das dúvidas sobre o papel que o prole-

tariado já poderia cumprir nessas revoluções, não se tira as conclusões estratégicas dessa definição, estabelecendo como meio privilegiado a possibilidade de alianças táticas com a burguesia, que entraram para a história conhecidas como a tática de “frente única anti-imperialista”.

A Revolução Chinesa de 1925-27 termina de “saudar” esse debate. Esta demonstrou que o poderoso movimento nacionalista burguês gerado pela opressão imperialista japonesa teve que voltar suas armas contra o proletariado, e que o maior contingente de camponeses pobres da humanidade foi incapaz de cumprir um papel independente da burguesia.

A única “condição” de qualquer acordo com a burguesia, acordo separado, prático, limitado a medidas definidas e adaptado a cada caso, consiste em não mesclar as organizações e as bandeiras, nem direta nem indiretamente, nem por um dia nem por uma hora, em distinguir o vermelho do azul, e não acreditar jamais que a burguesia seja capaz de levar a cabo uma luta real contra o imperialismo e de não constituir um obstáculo para os operários e camponeses que estejam dispostos a fazê-lo. (...) Apresentar as coisas como se o jugo colonial atribuísse necessariamente um caráter revolucionário à burguesia nacional é reproduzir inversamente o erro fundamental do menchevismo, que acreditava que a natureza revolucionária da burguesia russa devia deduzir-se necessariamente da opressão absolutista e feudal. (...) A burguesia russa foi a de um estado imperialista opressor. A burguesia chinesa é a de um país colonial oprimido. A queda do czarismo feudal foi um fator de progresso na antiga Rússia. Derrubar o jugo imperialista na China é um fator de progresso histórico. Mas a conduta da burguesia chinesa com relação ao imperialismo, ao proletariado e ao campesinato não é mais revolucionária que a atitude da burguesia russa com respeito ao czarismo e às classes revolucionárias russas, senão que talvez, de certa forma, seja mais reacionária e covarde. Esta é a única forma de colocar a questão. (...) A burguesia chinesa é suficientemente realista e conhece bastante bem o imperialismo mundial ao ponto de compreender que uma luta realmente séria contra ele exige uma pressão tão forte das massas revolucionárias que a própria burguesia se vê ameaçada desde o princípio.¹

¹“Balanço e perspectivas da revolução chinesa”, em “Stálin, o grande organizador de

A tática de “frente única anti-imperialista” tal como concebida pelo IV Congresso da Comintern em suas “Teses do Oriente” estava superada pela história. A Revolução Chinesa de 1925-27 demonstrou que, apesar do relativamente débil peso social da classe operária chinesa em comparação com o campesinato daquele país e, apesar da nefasta política de conciliação levada a cabo pelo stalinismo, a forte carga de espontaneidade e a influência das alas esquerdas do PC Chinês ligou a solução das demandas democráticas com tarefas socialistas. Essa experiência é a base sobre a qual Trotsky generaliza a Teoria da Revolução Permanente para todos os países atrasados:

Para os países de desenvolvimento burguês retardatário e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas tarefas democráticas e nacional-libertadoras só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que, assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas. (...) Tanto a questão agrária como a questão nacional conferem ao campesinato, como enorme maioria da população dos países atrasados, um papel primordial na revolução democrática. Sem a aliança entre o proletariado e o campesinato, as tarefas da revolução democrática não podem ser resolvidas, nem mesmo ser colocadas a sério. Essa aliança das duas classes, porém, só se realizará numa luta implacável contra a influência da burguesia nacional-liberal. (...) Quaisquer que sejam as primeiras etapas episódicas da revolução nos diferentes países, a aliança revolucionária do proletariado com os camponeses só é concebível sob a direção política da vanguarda proletária organizada como partido comunista. Isto significa, por outro lado, que a vitória da revolução democrática só é concebível por meio da ditadura do proletariado apoiada em sua aliança com os camponeses e destinada, em primeiro lugar, a resolver as tarefas da revolução democrática.²

Todos os problemas mínimos e democráticos mais elementares, que foram parcialmente encarados pela burguesia dos países imperialistas em suas revoluções burguesas (apesar de passarem por retrocessos pos-

derrotas”. Pág. 229, 232 e 234-235. El Yunke Editora.

² L. Trotsky, “A Revolução Permanente”, 1929.

teriores), a burguesia brasileira não foi capaz de encarar como uma pré-condição para o desenvolvimento de um país capitalista atrasado, que já nasce subjugado à espoliação do imperialismo e com um movimento de massas que ameaça desde o início o poder da burguesia nativa. Essa é a condição que coloca sobre os ombros da classe operária a responsabilidade pela resolução dos problemas democráticos do país e das demandas mínimas mais elementares da população – como, por exemplo, os que se desprendem da questão negra –, que só poderão ser conquistados à custa dos interesses das distintas frações da burguesia nativa e imperialista; mesmo de uma eventual minúscula elite negra que, tal como a burguesia chinesa ou russa, sempre vão preferir seus privilégios a desatar a luta das massas negras, como ficou demonstrado em inúmeros processos revolucionários ocorridos na África ao longo do século XX.

Fundamentos programáticos e estratégicos

Um programa e uma estratégia para responder à questão negra precisa responder, ao mesmo tempo, tanto ao problema da unidade das fileiras operárias – unificando os imigrantes brancos concentrados nos polos mais dinâmicos da economia com os trabalhadores negros concentrados nos empregos mais precários ou desempregados –, como o problema da hegemonia da classe operária sobre os demais setores subalternos mais oprimidos do campo e da cidade. Responder ao problema da unidade das fileiras operárias exige que se parta da defesa de condições dignas de emprego, salário e direitos para todos os trabalhadores, mas em especial os negros, por sofrerem as piores condições. Responder ao problema da hegemonia proletária sobre as massas negras exige que se parta da luta pela reforma agrária, pela titulação das terras quilombolas e por igualdade de direitos civis plenos aos negros em primeiro lugar, e também condições de moradia, saúde e educação dignas para todos, mas em especial para o povo negro, que são os mais privados desses direitos democráticos elementares.

Uma ferramenta fundamental para desenvolver a hegemonia proletária é a luta por uma Assembleia Constituinte Livre e Soberana, que da plena igualdade de direitos políticos e civis aos negros, debatesse e resolvesse sobre todos os problemas mais estruturais do país, como o racismo, a reforma agrária, a questão da moradia, a emancipação em relação ao jugo imperialista etc. Essas demandas operárias e democráticas deveriam ser articuladas de modo a demonstrar como a política da burguesia de não resolvê-las está intimamente associada com a dominação imperialista sobre o país.

Ainda que siga sendo um problema completamente atual, a necessidade de uma política de hegemonia que respondesse às necessidades das massas negras do campo se colocava como ainda mais grave nas primeiras décadas do movimento operário, pois a classe operária urbana ainda era uma força social muito minoritária em relação às massas camponesas do país.

As demandas operárias que poderiam soldar a unidade das fileiras operárias entre brancos e negros, assim como as demandas democráticas que poderiam desenvolver a hegemonia proletária sobre os demais setores oprimidos da sociedade, em sua maioria negros, deveriam estar no primeiro plano de agitação dos setores de vanguarda que se propusessem a construir um partido revolucionário. Esse primeiro plano de agitação, na medida em que fosse assumido por setores da massa, transformando-se em força material na luta de classes, deveriam se articular com demandas transitórias – como as escalas móveis de horas de trabalho e de salário, o confisco dos imóveis dos capitalistas para distribuí-los à população pobre, um plano de obras públicas e serviços públicos que atenda as necessidades da maioria mais pobre da população em base ao não pagamento da dívida do Estado com o imperialismo, a interrupção da remessa de lucros para o exterior e impostos progressivos aos capitalistas, a

nacionalização dos monopólios estrangeiros sob controle dos trabalhadores etc.

No Programa de Transição, de 1938, Trotsky desenvolve como os países atrasados deveriam articular o sistema de reivindicações que compunha seu programa:

Os países coloniais e semicoloniais são, por sua própria natureza, países atrasados. Mas esses países atrasados vivem nas condições da dominação mundial do imperialismo. É por isso que seu desenvolvimento tem um caráter **combinado**: reúnem ao mesmo tempo as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista. É isto que determina a política do proletariado dos países atrasados: ele está obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial. As reivindicações democráticas, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas históricas distintas, mas surgem imediatamente ligadas umas às outras. (...) As tarefas centrais dos países coloniais e semicoloniais são: a **revolução agrária**, isto é, a liquidação da herança feudal, e a **independência nacional**, isto é, a derrubada do jugo imperialista. Estas duas tarefas estão estreitamente ligadas uma à outra. (...) A palavra-de ordem de **Assembleia Nacional (ou Constituinte)** conserva todo seu valor (...). É necessário ligar, indissolúvelmente, esta consigna às tarefas de emancipação nacional e da reforma agrária. É necessário, antes de tudo, armar os operários com esse programa democrático. Somente eles podem sublevar e unir os camponeses. Sobre a base do programa democrático revolucionário é necessário opor os operários à burguesia "nacional". (grifos de Trotsky)

A luta da vanguarda proletária pela hegemonia de um programa que combinasse demandas mínimas vitais, democráticas e transitórias deveria se apoiar nas tendências espontâneas do movimento de massas a se unificarem para se defender dos ataques da burguesia. Essa tendência, ligada às crises que provocavam enormes sofrimentos à população, constituem as bases para o desenvolvimento de organismos de auto-organização de tipo soviético (conselhos eleitos através

de assembleias por local de trabalho). Os organismos de frente-única das massas, na tradição marxista revolucionária, têm um triplo papel: se constituem como uma ferramenta a serviço de permitir a unidade na ação entre as distintas camadas e níveis de consciência que inevitavelmente sempre existem na classe operária para empreender batalhas parciais (dimensão tática); são um mecanismo para concretizar alianças na ação com semialiados circunstanciais em função das necessidades da luta de classes (dimensão de manobra); e um instrumento para, a partir da experiência das massas nos embates da luta de classes, debilitar a influência das direções reformistas e fortalecer a influência das direções revolucionárias (dimensão estratégica). Esses organismos de tipo soviético, que nas primeiras fases da luta surgem como instrumentos de defesa frente aos ataques do capital, a partir da atuação do partido revolucionário em seu interior se desenvolvem como organismos de luta pelo poder e posteriormente como a própria estrutura do Estado operário que emerge após a derrubada revolucionária do capitalismo.